

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N° DE 2025 (Do Sr. AUREO RIBEIRO)

Requer informações ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos sobre a condução do processo licitatório, que selecionará a empresa responsável para prestar serviços a diversos ministérios no valor de mais de R\$ 300 milhões.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 50, § 2°, da Carta Magna e do art. 226, II, cumulado com o art. 116 e 115, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), proponho Requerimento de Informação à **Exma. Sra. Esther Dwerck,** Ministra da Gestão, para que disponibilize a esta Casa informações acerca da condução do processo licitatório, que selecionará a empresa responsável para prestar serviços a diversos ministérios no valor de mais de R\$ 300 milhões.

JUSTIFICATIVA

A presente proposição visa obter informações detalhadas sobre a condução do processo licitatório responsável pela seleção de empresa que prestará serviços a diversos órgãos no valor de mais de R\$ 300 milhões.







Segundo noticiado¹, a empresa R7 Facilities apresentou a proposta vencedora para o certame. Todavia, há apontamentos de irregularidades envolvendo a empresa, as quais estão sendo investigadas pela Controladoria-Geral da União (CGU). Segundo o órgão, as suspeitas recaem sobre provável utilização de declarações com conteúdo falso e possível combinação em certames licitatórios, bem como possível utilização de interpostas pessoas ('testade-ferro' e 'laranja') no quadro societário.

Além disso, em outra reportagem², constata-se que o sr. Gildenilson virou sócio-administrador da R7 Facilities em fevereiro de 2023. Antes, desde janeiro de 2021, a companhia estava em nome de outro, o bombeiro civil Wesley Fernandes Camilo. Depois de passar a empresa a Gildenilson, Wesley Camilo foi trabalhar como brigadista em um hospital particular de Brasília e afirmou ter renda mensal de R\$ 4 mil.

Em consulta ao site da Receita Federal, verificou-se que o capital social da empresa é de R\$ 5 milhões e ela atua em várias atividades econômicas, desde construção de edifícios até prestação de mão de obra.

Adicionalmente, conforme revelado pelo 'Estadão'³, o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU) solicitou a suspensão da contratação da R7 Facilities pelo Ministério da Gestão e Inovação, devido às investigações em curso conduzidas pela CGU.

Diante dessas circunstâncias, é imperativo assegurar a lisura e a transparência do processo licitatório em questão, bem como a idoneidade da empresa contratada, visando resguardar o interesse público e a correta aplicação dos recursos públicos.

³ ESTADÃO. <u>https://www.estadao.com.br/politica/ministerio-publico-tribunal-contas-uniao-tcu-pede-</u> suspensao-contrato-r7-facilities-laranja-investigada-cgu-nprp/?srsltid=AfmBOoot4RsZ-<u>0ADv1kUi nWMqO-nhhQDPm1JkYftlq0vLGoxx2sRfcu</u> Acessado em 4/2/2025





¹ ESTADÃO. Disponível https://www.estadao.com.br/politica/ministerio-da-gestao-prepara-contrato-de-r- 321-milhoes-com-empresa-de-laranja-investigada-pela-cgu/? srsltid=AfmBOogn7dgKp7UK10h1At0o8V6Ku5jespY1RdF2icaBPufpZED88A2D Acessado em 4/2/2025

² ESTADÃO. https://www.estadao.com.br/politica/ministerio-da-gestao-prepara-contrato-de-r-321-milhoes- com-empresa-de-laranja-investigada-pela-cgu/?

<u>srsltid=AfmBOoqn7dgKp7UK10h1At0o8V6Ku5jespY1RdF2icaBPufpZED88A2D</u> Acessado em 4/2/2025



Diante do exposto, solicito resposta aos seguintes questionamentos:

- 1) Considerando as alegações de que a empresa R7 Facilities é uma "empresa de fachada", com um histórico de contratos suspeitos e um proprietário com perfil incompatível, como o Ministério da Gestão justifica a seleção dessa empresa para um contrato de R\$ 321 milhões?
- 2) Quais critérios específicos foram utilizados pelo Ministério para selecionar a empresa em questão para o contrato de R\$ 321 milhões, considerando que ela está sob investigação da Controladoria-Geral da União (CGU) por suspeita de fraude?
- 3) O Ministério realizou uma análise de conformidade e diligência prévia sobre a referida empresa? Em caso afirmativo, quais foram os resultados dessa análise?
- 4) Quais medidas o Ministério adotou para garantir que o processo licitatório estivesse livre de irregularidades e que a empresa selecionada atendesse a todos os requisitos legais e éticos?
- 5) O Ministério está ciente das investigações em andamento conduzidas pela CGU envolvendo a empresa contratada? Se sim, quais ações foram tomadas para mitigar riscos associados a essa contratação?
- 6) Há outros contratos vigentes entre o Ministério e empresas que estão sob investigação por órgãos de controle? Em caso afirmativo, quais são essas empresas e quais medidas estão sendo implementadas para assegurar a lisura desses contratos?
- O Ministério da Gestão deverá encaminhar as respostas a esta Casa, em formato físico e digital. Dada a sensibilidade e relevância do tema apresentado, solicitamos o encaminhamento do presente requerimento.

Sala das Sessões, de de 2025

Deputado Federal AUREO RIBEIRO Solidariedade/RJ







